

P ROTEÇÃO AMBIENTAL

A APA do Litoral Norte: Uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentado e Ordenamento do Território

G.T. APA. Litoral Norte/Conder*

Área de grande potencialidade turística e considerada de proteção ambiental, o Litoral Norte é analisado aqui sob múltiplas óticas: econômica, histórica e ecológica. Os traços marcantes dessa região de grande diversidade de ecossistemas e os esperados impactos com a linha verde são vistos na perspectiva do desenvolvimento sustentável que leva em consideração a produção econômica, a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais. O diagnóstico da área e o seu zoneamento visam assegurar a convivência com o inevitável: a integração efetiva com as regras do mercado. As recomendações desse estudo envolvem a contemplação dos interesses dos distritos e povoados e a integração de esforços institucionais a fim de preservar com o desenvolvimento, ou desenvolver sem mutilar.

A atual construção da Linha Verde, bem como a transformação do Litoral Norte em uma Área de Proteção Ambiental, instala no seio da CONDER, entre outros setores governamentais, o debate da sustentabilidade do desenvolvimento sócio-econômico nesta porção do território baiano. Levando-se em consideração princípios de desenvolvimento sustentado colocados em debate desde o Relatório Brundtland¹ no final dos anos oitenta, qualquer processo de transição para um outro padrão de desenvolvimento, dito sustentável, reside na conciliação entre a utilização econômica dos recursos naturais (crescimento econômico sustentado), a conservação dos ecossistemas e da diversidade biológica e cultural (equidade social e sustentabilidade ambiental).

Incorporados desta orientação, apre-

sentamos neste texto um quadro diagnóstico, desenvolvido pelo GT APA LITORAL NORTE, que auxilie concretamente na construção de alternativas de desenvolvimento local e regional para a área, reconhecendo os aspectos qualitativos deste ambiente, os limites técnicos e científicos necessários à sua ocupação sustentada e as pressões sociais que se configuram diante do futuro desta área. A APA do Litoral Norte, em última análise, deverá circunscrever um espaço de convergência de um conjunto de esforços - públicos, privados e comunitários - no sentido de acompanhar o progresso tecnológico, elevar a produtividade desta região e enfrentar o desafio de empregar um contingente de mão-de-obra local abundante e pouco qualificada. Neste sentido a gestão deste território, a ser delineada num Plano de

Manejo para a APA, envolve uma experiência técnica, política e social a partir de uma complexidade de parâmetros (fatores locacionais, econômicos, sociais, estratégicos, culturais e políticos) onde a dimensão de sustentabilidade ambiental deve ser incorporada enquanto condição e estímulo a novas atitudes e concepções no ato de planejar, utilizar, decidir e reagir frente ao ambiente.

O perfil regional: limites e possibilidades

Pode-se afirmar que o Litoral Norte caracteriza-se por ser uma região tipicamente agropecuária, estando a atividade industrial de peso restrita à prospecção de petróleo. Fundamentalmente predominam as grandes fazendas de pecuária extensiva

* O trabalho se baseia nos resultados dos diagnósticos setoriais e da proposta preliminar de Zoneamento para a APA - LITORAL NORTE (ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL) elaborado pelo GT, sob a Coordenação da Arquiteta Carmelita Bizerra de Aguiar e composto pelos Arquitetos Livia M. Gabrielli, Arq. Frederico Mendonça, Ana Lucia Caribé, Econ. José Carlos Zanetti, Geol. Ronaldo S. Lyrio, Geog. Maria Lúcia Simões, Biol. Rita Oliveira e Arq./Urbanist. Cornélia B. Almeida.

(1) Ver CMMAD, Nosso Futuro Comum, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988, 430p.

e de reflorestamento, além da monocultura do côco-da-baia, as culturas da cana, laranja e o maracujá. Acresce-se a este quadro a destruição da agricultura de subsistência, a produção de gêneros alimentícios em processo de desarticulação, a pesca artesanal de baixa produtividade e a existência de áreas de engorda para fins de especulação imobiliária ao longo do litoral.

Historicamente marcada, social e espacialmente, pelas grandes fazendas de cana, gado e côco e suas oligarquias locais, é na década de 50/60, com a implantação da Petrobrás nos municípios de Pojuca, Mata de São João, Itanagra, Entre Rios e Cardeal da Silva que se observará as primeiras mudanças na composição social, na estruturação econômica e urbana da região. Desde então, a pecuária responderá às suas funções econômicas intrínsecas, todavia se constituirá parcialmente numa forma de reserva de valor da terra rural dentro da qual se poderá melhor compreender o processo de repecuarização de determinadas porções do Litoral Norte.

Posteriormente, nos anos 70 e início de 80, a política de reflorestamento implementada através da criação do Distrito Florestal do Litoral Norte - DFLN - nos municípios de Inhambupe, Entre Rios, Esplanada, Conde e Itapicuru, introduzirá novos interesses e atores sociais na região. Ocorrendo de forma não complementar à economia local, esta atividade afetará sobremaneira a cultura de subsistência (prejuízos à pequena produção, desabastecimento das feiras locais), acentuará o processo de concentração de terra e desarticulará a estrutura ocupacional tradicional (substituição da figura do pequeno proprietário pelo assalariamento restrito). Segundo o CFI, entre 1975 e 1980, ocorreu um processo de concentração de terras nos estabelecimentos de 1.000 ha e mais, e uma pequena redução dos estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 ha². De acordo com o Censo Agropecuario de 1985, 68% dos estabelecimentos têm menos de 10ha e ocupa apenas 2,5% da área total, sendo a maior concentração de estabelecimentos considerados como pequenos em Mata de São João, com 88% do total e 5,55% da área ocupada. Por outro lado, 1,2% dos estabelecimentos tem 1.000 ha e mais, concentrando 47% das terras. Neste caso, Esplanada concentra os maiores es-

tabelecimentos seguida de Entre Rios e Conde. Um quadro geral do uso do solo por área cultivada pode ser visualizado abaixo (quadro 1).

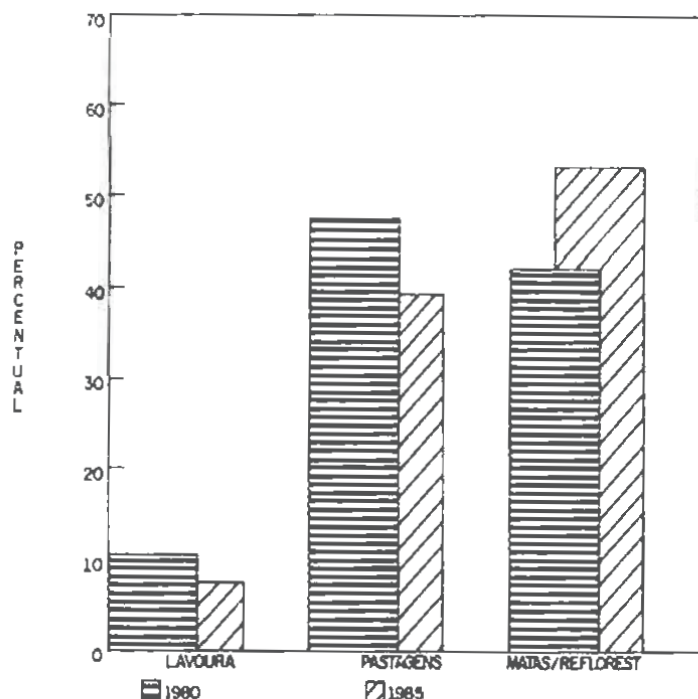
No período 70/80 o Litoral Norte demonstra indícios de uma economia reflexa, com a industrialização da RMS, mais especificamente sobre Mata de São João, potencializada pela ação da Petrobrás sobre este município, além de Entre Rios, Cardeal da Silva e Itanagra. Se inicialmente, a atividade de extração de petróleo reordenou significativamente aqueles municípios, desde então o processo de liberação de mão-de-obra do campo, com as consequências já conhecidas para as cidades de pequeno e médio porte existentes na região, assumirá um caráter mais significativo a partir do reflorestamento. Uma parcela considerável da população passa a viver na periferia das cidades, a depender do trabalho sazonal e do limitado mercado de trabalho naquelas empresas. Sendo assim, entende-se porque nos últimos três censos demográficos constata-se que todos os municípios tiveram algum incremento em sua população urbana e, à exceção de Conde³, todos evoluíram em suas respectivas taxas de urbanização con-

forme mostra o quadro seguinte (quadro 2). Segundo dados de 1991 (IBGE), essa área apresenta uma população de 117.581 habitantes, desigualmente distribuídos, sendo que Mata de São João, Entre Rios e Esplanada concentram 70% desta.

Apesar da perda de posição verificada ao longo da década de 70, a agricultura em 1980 ainda absorve praticamente a metade da população economicamente ativa do Litoral Norte. A indústria tem participação pouco expressiva, porém ascendente, 22,0%, sendo o comércio e serviços inexpressivos com apenas 5,0 e 10,0%, respectivamente (quadro 3). A respeito da distribuição de renda, os dados mais recentes e disponíveis mostram que a grande maioria da população de 2,0% encontra-se na faixa de cinco ou mais⁴. Para o conjunto da região, esta distribuição concentra-se com 39,80% da PEA na faixa de até 2 salários mínimos e menos de 2,0% encontra-se na faixa de cinco ou mais (quadro 4).

Observa-se que o maior percentual da PEA, acima de 50%, está classificado (pelos critérios do IBGE) como "sem rendimento" e neste grupo mais de 70% é constituído de mão-de-obra feminina. Certamente, aí está contido um grande contin-

QUADRO - 1
USO DO SOLO POR ÁREA CULTIVADA



(2) Ver SEPLANTEC/CFI, Reflorestamento na Bahia - Avaliação e Perspectivas, 1983.

(3) Considerado como um dos mais populosos até a primeira metade do século, graças a presença da cana no Vale do Itapicuru, em decorrência do reflorestamento, repecuarização e estocagem de terra para valorização perdeu população entre 80/70 (-11,8) e praticamente estaciona em 91/80 (5,9%).

(4) Se remeter aos estudos sócio-econômicos do EIA/RIMA elaborado pela NORCEL para a área de influência direta do empreendimento (Massarandupió, Subaúma e Porto Saupe).

QUADRO 02 - DINÂMICA POPULACIONAL
APA Litoral Norte

Município	População Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Taxa Urb. 91	Taxa Urb. 80	Taxa Urb. 70
Cardeal	6.392	2.274	4.118	35,6	29,5	18,4
Conde	16.127	5.487	10.640	34,0	24,3	12,4
Entre Rios	27.589	16.845	10.744	61,1	43,4	24,7
Esplanada	23.190	15.204	7.986	65,6	55,3	36,1
Itanagra	5.560	1.387	4.173	24,9	28,8	19,2
Jandaíra	8.223	4.467	3.756	54,3	44,1	33,4
Mt. S. João	30.500	24.113	6.387	79,1	72,7	51,1
Méd. Geral	117.581	69.777	47.804	59,3	50,8	32,4

Fonte: Censos Demográficos - IBGE - 1991

gente de pessoas que vivenciam relações de troca simples de mercadorias, a exemplo de pescadores, marisqueiras, artesãos, entre outros.

A grande diversidade de ecossistemas costeiros, de grande beleza natural, num espaço relativamente pequeno, faz deste litoral um território privilegiado para exploração da atividade turística. De fato, o setor turístico desponta como uma das grandes alternativas de desenvolvimento para a área. A rigor, o turismo deverá induzir vetores de consumo e desenvolvimento de bens finais, além de constituir um segmento trabalho-intensivo com reflexo social através da geração de empregos. O crescimento do turismo, tanto a nível nacional como internacional, nos anos 90 terá efeitos econômicos, sócio-culturais e ambientais notadamente em regiões de economia estagnada e de ecossistemas frágeis.

Segundo o Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado, elaborado pela Bahiatursa, identificou-se um pólo com a capacidade potencial de atrair turismo nacional e internacional, localizado no município de Mata de São João, a partir de Praia do Forte, que já conta com a presença de marcante complexo hoteleiro, estendendo-se, com interrupções (Imbassai, Sto. Antonio) até Fazenda Sauípe inclusive. Programou-se terminais turísticos populares por Imbassai e Porto Sauípe, reser-

vando-se a priori Conde, com seu conjunto fluvio-laguna, comumente designado de "Pantanal Baiano" e Mangue Seco, com suas dunas e mangues, para o turismo ecológico ou de visitação.

Com vistas à competitividade do setor turístico no Litoral Norte deve-se considerar o quadro dos serviços de consumo coletivo enquanto indicador da precarieda-

de das condições de vida nesta região: apenas 36% dos domicílios ligados à rede geral de abastecimento destacando-se Esplanada, Entre Rios e Mata de São João, possuem esgotamento sanitário praticamente inexistente, uma rede de saúde com 3 hospitais, 3 casas de parto e 30 postos de atendimento primário, uma parcela significativa da população na condição de analfabeta ou com menos de 1 ano de escolaridade, deficiente rede telefônica e um comércio varejista basicamente de alimentos e produtos farmacêuticos. Ainda em 1980, um terço dos domicílios eram de material não durável, chegando a ultrapassar 40% em alguns destes, sendo as excessões os locais de veraneio ou os povoados formados no período anterior a intensificação da liberação de mão-de-obra do campo. O serviço mais disponível para o conjunto da população é o de energia elétrica, com 57,7% dos domicílios ligados a rede geral de distribuição.

A execução do Programa de Desenvolvimento Turístico das regiões prioritárias do Estado da Bahia, dentre elas o Litoral Norte, requer investimentos superiores à capacidade de investimento do Estado. Para consecução dos seus objetivos estratégicos no setor do turismo regio-



(5) Se remeter a SIC/BAHIATURSA/DIRIN, Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia - Litoral Norte, Baía de Todos os Santos e Baixo Sul. Relatório Preliminar para Carta Consulta ao BID, Agosto, 1992, 58p.

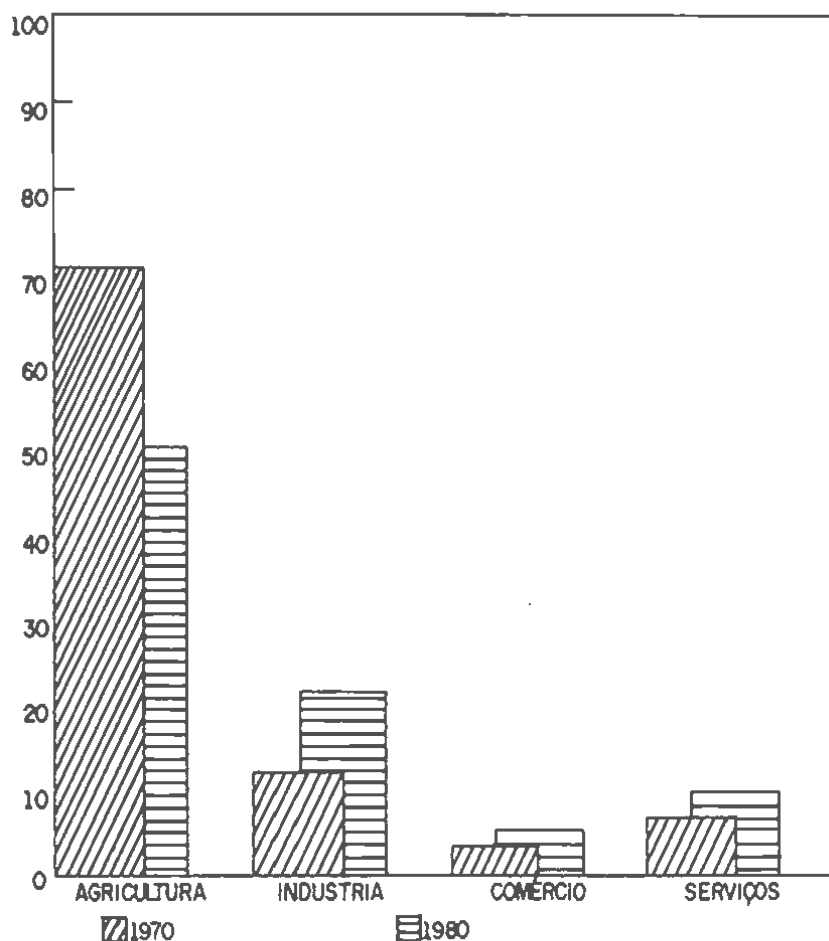
nal e internacional, o governo estadual deverá dotar esta região de infraestrutura física e turística que permita desflagrar o processo de desenvolvimento sustentado da região. Nesta ótica, se acha o Estado concomitantemente, na função de catalizador deste processo, através da coordenação das atividades de promoção turística e de medidas de contenção das atividades que ameaçam comprometer ou deteriorar os recursos turísticos desta área, principalmente seus capitais naturais e culturais. O pressuposto incremento das economias locais pelas atividades turísticas, dessa forma, requer estudos dos impactos a nível sócio-cultural, o controle dos fluxos turísticos para efeito de controle ambiental, o ordenamento do território segundo potencialidades de uso diferenciadas e calçadas nas fragilidades sócio-ambientais de cada uma delas. Estes, dentre outros elementos, serão levados em consideração quando da formulação de programas de manejo para a APA Litoral Norte.

O Ordenamento territorial da APA

Os principais problemas relativos a uma transição para o desenvolvimento sustentável, nesta região, poderiam ser sucintamente definidos a partir dos seguintes aspectos: problemas de moradia, de abastecimento de água potável, de saneamento básico, de um desordenado uso do solo e da destruição de ecossistemas e da biodiversidade. O objetivo do zoneamento e respectivo plano de manejo, em fase de elaboração na CONDER, é justamente subsidiar a ordenação deste território, orientar as ações do poder público visando conciliar a produção econômica, a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais. Através de uma análise integrada dos sistemas ambientais, considerando suas diferentes dinâmicas e sempre numa operação de agregação e apreciação de fatores, pode-se chegar à delimitação de zonas homogêneas quanto a características ecológicas, potencialidades econômicas e restrições ambientais da área. Neste processo é necessário avaliar o grau de sustentabilidade e de vulnerabilidade dos sistemas ambientais à luz da prognose das diversas alternativas de usos futuros para os recursos naturais da área. Por outro lado, isto não elimina a possibilidade de serem categoricamente vedados usos em áreas específicas do ponto de vista bio-físico e antrópico. Com base nestes princípios conceituais e metodológicos pode-se representar num quadro síntese genérico as etapas e objetivos em desenvolvimento na CONDER.

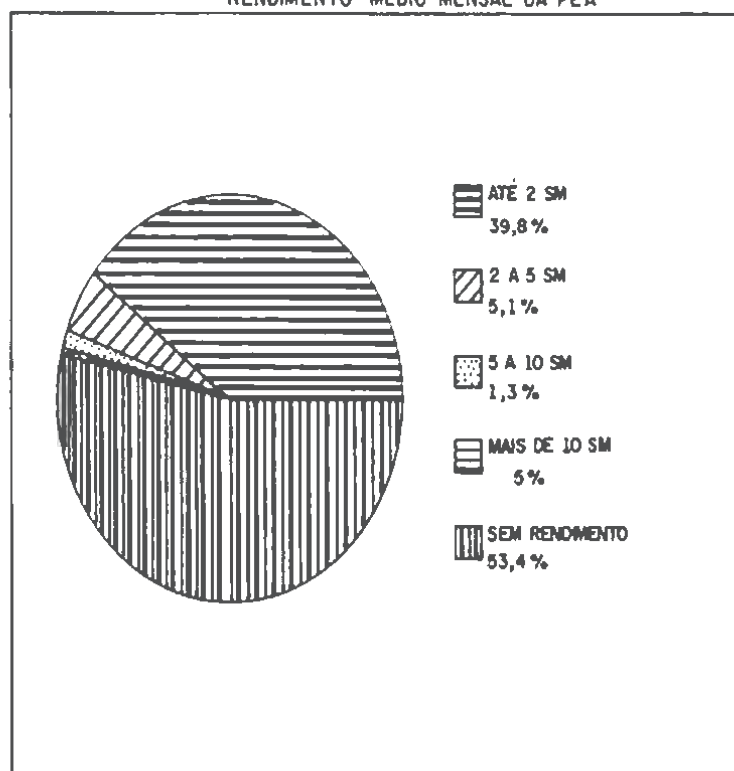
QUADRO - 3

PEA POR SETOR DE ATIVIDADE



QUADRO 4

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DA PEA



ETAPAS	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS
Diagnóstico Ambiental	Visão de conjunto da região como um todo (situação ambiental da região) Análise dos componentes físicos, biológicos e dos diferentes tipos de atuação humana no espaço geográfico (compensação e avaliação dos processos e formas de apropriação dos recursos) Organização do espaço e o comprometimento antrópico Avaliação da sustentabilidade e qualidade do ambiente (problemas ambientais)
Zoneamento pro. dito	Determinação da capacidade de uso (principais ecossistemas qualidade paisagística e declaração de significância) Espaços de preservação permanente; áreas sob legislação especial; espaços disponíveis para utilização (agro-indústria, infraestrutura, desenvolvimento urbano e turístico)
Plano de Manejo	Indicar as áreas de atuação das grandes linhas de ação governamental para o ordenamento do território Harmonizar políticas de Meio Ambiente (ações corretivas, restauradoras e preventivas) e Desenvolvimento com a problemática ambiental diagnosticada Recuperação econômica e ecológica das frentes já abertas e planejamento de novas frentes Definir um padrão metodológico comum para as ações públicas, privadas e comunitárias.

Neste espaço geográfico encontram-se diferentes situações que necessitam ser levadas em consideração, desde a percepção de atributos ambientais por comunidades locais⁶ até a própria organização física e sócio-econômica dos grandes espaços regionais. Este processo de planejamento suscitará um molde e um contra-molde⁷ de forma a indicar espaços de preservação permanente por imperativos ambientais e interesses locais, áreas sob legislação especial, espaços disponíveis para aproveitamento econômico específico⁸.

Uma proposta de zoneamento em construção

Diante do que foi exposto e baseado em pesquisa bibliográfica, levantamento de campo, e análises de fotografias aéreas e bases cartográficas existentes para a área, chegou-se a uma visão preliminar das grandes categorias de zonas a serem propostas para a APA. É natural que qualquer política ambiental tenha que assumir um caráter de harmonização de aspirações sociais diferenciadas com a sustentação dos sistemas ecológicos, o fortalecimento dos instrumentos usuais de planejamento e a busca de novos instrumentos que auxiliem na concepção de uma engenharia institucional capaz de realizar as tarefas de manejo. No sentido de trabalhar para a harmoniza-

ção de interesses diversos, se propõe a realização de reuniões setoriais com os distintos agentes econômicos, políticos e comunitários presentes na região, de maneira a ter um entendimento mais claro a nível dos atores sociais e seus interesses concretos. No nosso entendimento uma APA, seu respectivo zoneamento e plano de manejo, só adquirem instrumentalidade quando surgido não como uma técnica de contingenciamento de formas de uso e ocupação do espaço geográfico, mas como o reflexo de um entendimento comum, uma estratégia de salvaguarda de particularidades e de possibilidades de divisão do trabalho institucional.



(6) No contexto do diagnóstico ambiental está se realizando uma amostragem de 500 questionários nos povoados da faixa litorânea da APA, composto de questões abertas e fechadas, com o objetivo de complementar os dados sócio-econômicos agregados para os municípios, coletar subsídios quanto às expectativas das comunidades em relação à Linha Verde, o grau de conhecimento e entendimento destes sobre a APA, a percepção acerca do meio ambiente e as representações sociais dos problemas ambientais na comunidade.

(7) A este respeito Schubart, H., "Planejando a ocupação sustentável do território", in: Planejamento e Políticas Públicas IPEA, junho 1992, pp. 27-38.

(8) A respeito das Áreas de Proteção Ambiental e seu zoneamento ecológico-econômico se referir a Resolução CONAMA n. 10 de 14 de Dezembro de 1988. Ver SEMAN/CONAMA/IBAMA. Resoluções CONAMA 1984 a 1990, Brasília, 1991. 231 p.

Assim sendo apresentamos uma visão inicial das grandes categorias de trabalho para o ordenamento do Litoral Norte.

ZONAS	ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Desenvolvimento Urbano	Áreas passíveis de parcelamento	Localizadas em zonas de expansão urbana, utilizadas ou a utilizar com loteamentos, equipamentos urbanos e infra-estrutura essenciais ao desenvolvimento urbano
	Respeitar os parâmetros urbanísticos obrigatórios à ocupação do solo (legislação existente) e critérios de ocupação da APA	
	Áreas passíveis de parcelamento com restrições:	Conservação dos recursos naturais é essencial à manutenção da qualidade ambiental necessária ao desenvolvimento urbano e regional
	bacias produtoras de água potável, áreas adjacentes de zonas de vida silvestre, conjunto de relevo serrano que apresentam fragilidades de natureza geomorfológica ou geotécnica, planícies aluviais sujeitas a inundações periódicas restingas, formações lagunares, planícies fluvio-marinhas com ocorrência de manguesais, dunas, praias com fragilidades ambientais ou limitrôfes ao assentamento urbano	Utilização com estabelecimento de parâmetros urbanísticos restritivos visando a garantia dos fatores e qualidades ambientais
Desenvolvimento Turístico	Áreas vedadas ao parcelamento	Áreas de vida silvestre, reservas ecológicas e demais áreas de vegetação de preservação permanente
	Áreas com potencial paisagístico natural	Potencial para o desenvolvimento turístico em função de atrativos naturais da paisagem e ecossistemas existentes
Desenvolvimento Rural	Ocupação com equipamentos turísticos de porte compatível, a partir de critérios de ocupação do solo estabelecidos na APA para garantia da preservação do meio ambiente.	
	Áreas de Planos e Programas integrados de Desenvolvimento turístico	Áreas reservadas por promotores públicos e privados para planos e projetos de implantação de equipamentos turísticos de grande porte que incorporem a variável ambiental.
	Áreas passíveis de parcelamento em lotes chácaras	Áreas com características rurais que possibilitem o parcelamento em lotes com área média maior ou igual a 5000 m ²
	Áreas de Silvicultura	Plantação de Pinus e Eucalipto
	Áreas de atividades Agro-Pastoris	Propícias à criação animal e lavoura.

Partindo destas categorias gerais e com base no conhecimento que se tem da área alguns pontos devem ser elucidados:

a) os povoados litorâneos já existentes merecem atenção particular no sentido

de orientar suas possibilidades de expansão e assegurar a permanência das populações já residentes na área como parte do capital cultural da região. Nestes povoados devem ser atacados os problemas de

saneamento, evitar problemas graves de contaminação do lençol freático, incentivar o artesanato local e os serviços de pequeno e médio porte de apoio ao turismo;

b) nas áreas menos frágeis e próxi-

mas às potencialidades turísticas sugere-se a instalação de loteamento e/ou equipamentos de turismo e lazer, a exemplo do trecho nordeste da Praia do Forte e alguns trechos próximos a Sauípe;

c) em áreas de grande beleza e alta fragilidade, como os cordões de dunas paralelos à praia ou entremeados por brejos, pequenos rios e lagoas, qualquer tipo de ocupação do tipo loteamento, desfiguraria a paisagem, devendo-se situar estes empreendimentos pontualmente e mais na direção do interior. Esta observação se aplica em Imbassaí, Santo Antonio, Fazenda Sauípe, Estrada, Siribinha e a maior parte da extensão do trecho de dunas até Mangue Seco;

d) algumas das áreas do Litoral Norte, pela sua imponência, singularidade e riqueza de vida e paisagem, sugerem uma preservação restrita, sustentável com os padrões de convivência humana atuais. Alguns exemplos se sobressaem como os conjuntos flúvio-lagunares de Pelame, de Conde, os manguezais à beira dos rios Sauípe, Subauma, Inhambupe, Itariri e Itapicuru, o extenso estuário do rio Real, as áreas embrejadas e circundadas por colinas nas proximidades de Cobó e Cavalo Russo. Estas áreas convidam a um turismo ecológico, pela diversidade de paisagem que apresentam num espaço comparativamente reduzido;

e) O desenvolvimento do turismo pode ser orientado desde uma prática educativa onde se apreciaria diversos ecossistemas variando desde o cerrado, as restingas arbóreas e arbustivas, as dunas de Mangue Seco, as florestas do Bu e Bonito, as matas ciliares e úmidas, os brejos com gramíneas e extensos campos de baronezas lilases, as lagoas, e os manguezais que convidam as explorações com canoas, as colinas e cordões de praia cobertos por coqueirais, os visuais sobre os brejos nas proximidades de Cobó no Conde, e todas as bordas onde se apresentam situações de confronto de dois ou mais ecossistemas com particular interesse paisagístico;

f) é de relevante importância os elementos arquitetônicos do patrimônio histórico e cultural da área e as pequenas povoações que o circundam (Itanhi, Abadia, Ponte de Tabatinga, Vila do Conde, o Alto de Santana), as pontuais fazendas antigas que constroem a paisagem rural e seu caráter pitoresco ainda preservado;

Conclusão

Todos estes pontos constituem objeto de debate a ser desenvolvido durante a etapa de discussões com os diversos agentes que, necessariamente, deverão se incorporar aos princípios do desenvolvimento sustentado elucidados neste texto. Do

ponto de vista estritamente institucional, o planejamento do desenvolvimento sustentado para a área da APA requer um esforço conjunto de setores governamentais, em diferentes níveis de governo, sendo que a relação do setor privado com a proteção ambiental deve ser entendida como parte deste processo político-institucional. É evidente que um desenvolvimento econômico sem condicionamentos ambientais apresenta maiores riscos à competitividade de certas atividades econômicas, dentre elas o turismo e atividades de apoio, e sua aceitação pela sociedade. Da mesma forma, é fundamental que os setores comunitários e políticos locais se sintam responsabilizados neste processo de gerenciamento a ser implantado com o plano de manejo.

Sendo assim, fica claro que o argumento ecológico suscitado pela APA e pelas necessidades diferenciadas dos agentes sociais, econômicos e políticos quanto ao futuro deste território, exige uma articulação clara entre órgãos técnicos dos níveis federal e estadual e as respectivas administrações locais e representantes civis organizados. Fica portanto desejada a busca de compromissos, ou mesmo a vontade política, no sentido de ordenar o território, incorporando regulações mais amplas que reflitam tanto as exigências institucionais quanto as demandas da sociedade local.

